

Rio de Janeiro, 1850-1930: A Cidade e seu Carnaval

Luiz Felipe Ferreira, Departamento de Geografia/UFRJ.

RESUMO

As modificações sofridas pelo carnaval carioca durante a segunda metade do século XIX e início do século XX estão estreitamente relacionadas com as transformações urbanas pelas quais passou o centro da cidade no período. De 1850 a 1930, o Rio de Janeiro deixa de ser uma acanhada cidade de feições coloniais para refletir, em seu espaço urbano, sua condição de capital de um país integrado à economia capitalista global. Refletindo esta nova realidade, o carnaval carioca irá buscar, nos modelos parisienses, uma expressão que reflita os ideais burgueses de refinamento e integração com o mundo. Mas as novas ruas e praças do Rio de Janeiro, feitas para o flunar burguês, irão acolher, e mesmo impulsionar, um novo carnaval, de cunho popular, que se impõe. Os bailes, as mascaradas e os desfiles de alegorias da burguesia irão, no período carnavalesco, dividir as ruas do centro carioca com os cordões, os blocos, os cucumbis e os ranchos de acento eminentemente popular. Esta verdadeira batalha pelo domínio das ruas da região central do Rio de Janeiro e as mútuas influências sofridas por estes diferentes “carnavais” irão propiciar o surgimento de uma forma nova e singular de carnaval que, em alguns anos, definiu internacionalmente não somente a cidade do Rio de Janeiro, mas também todo o país.

PALAVRAS-CHAVE

Carnaval, Rio de Janeiro, Urbanismo, Festa Popular

Introdução

Desfilando em um local construído especialmente para o evento, as Escolas de Samba apresentam, em sua passagem pelo Sambódromo, um espetáculo único e característico do Carnaval do Rio de Janeiro. Grupos de foliões fantasiados e reunidos em alas se intercalam a grandes carros alegóricos para apresentar uma história, ou enredo. Precedida de uma comissão de frente e de um carro abre-alas, a Escola de Samba desfila ao som de um conjunto de instrumentos de percussão, a bateria, que acompanha o samba de enredo, cantado por todos - desfilantes e platéia.

Mas como terá surgido esta forma de brincar o Carnaval, tão diferente, em sua essência atual, não somente dos carnavais de outras cidades e outros países, mas da própria forma característica do Carnaval carioca — o Entrudo — até início do século XIX? Manifestação típica da cultura carioca, as Escolas de Samba podem creditar o grande interesse despertado por suas apresentações, desde sua criação, ao fato de sintetizarem as diversas formas de se brincar o Carnaval surgidas na segunda metade do século XIX e início do século XX. Este período marcaria, na cidade do Rio de Janeiro, a formação do espírito carioca (Pereira, 1992). Tal espírito, ou *genius loci* da cidade¹, estaria não somente expresso em sua paisagem, como uma marca, mas agiria também como uma matriz, participando, como ressalta (Berque, 1998, p. 85), “dos esquemas de percepção, de concepção e de ação — ou seja, da cultura — que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza” ou, como afirma Vilaça (1998, p. 46), “se há uma interrelação entre o espaço e o social, deve haver efeitos do espaço sobre o

social”, apesar de isto não significar “conferir autonomia ao espaço nem cair no seu fetichismo”. A todas as modificações sócioespaciais do período, o Carnaval carioca irá reagir, seja refletindo-as seja questionando-as.

Amaral (Apud, Maia, 1999, p. 196) ressalta o caráter mediador da festa que revela e exalta as contradições impostas à vida humana. O Carnaval, festa surgida na Idade Média europeia, é, segundo Ladure (1979), um ‘local ritual’ onde dominantes e dominados expressam suas aspirações contraditórias. O Carnaval não deve, portanto, ser considerado exclusivamente uma festa do poder ou uma festa da rebelião, mas o *locus* da expressão das tensões sociais. Muitas das aparentes contradições encontradas no Carnaval podem ser resolvidas a partir desta definição. Ao contrário de se caracterizar como momento de inversão, a festa carnavalesca é um jogo que acontece num tempo de descompasso, num espaço de desrespeito onde se articulam suas duas faces: uma ancorada no real, cheia de rumores e tempestade; a outra, alada, sugada em direção ao imaginário (Chappaz-wirthner, 1995). Deste modo, “longe de possuir uma ordem (ou uma desordem) própria, o Carnaval contribui para uma encenação da organização social existente, bem como de sua tensões internas” (Ferreira, 1999). Ele “inventa seu espaço social que, muito embora possa estar determinado, é um espaço com suas próprias regras, seguindo sua própria lógica” (Damatta, 1990, p.71). O Carnaval reproduz, sim, o mundo, mas de um modo que não é *nem direto e nem automático*. Portanto, a análise da relação do nosso Carnaval com a estrutura social do Rio de Janeiro não deve ser feita de modo automático e unívoco, mas sim relativizando-se os dados e os conceitos. "O Carnaval não é, portanto, um rito de integração ou um rito de subversão; ele é essencialmente ambivalente e

apresenta simultaneamente os dois aspectos. Somente o contexto no qual ele se desenrola determina o pólo que o direciona² (Chappaz-wirthner, 1995, p. 51).

Pouco se tem refletido, entretanto sobre as relações entre a festa carnavalesca e seu espaço. No Brasil, destacam-se, por seu pioneirismo, os trabalhos de Ortiz (1976) e de Simson (1981).

Ortiz vê o Carnaval como um momento de oposição ao tempo normal e ressalta que dentro da própria festa carnavalesca existem diferenciações marcadas no espaço e no tempo. Para o autor, a festa carnavalesca, ao se mostrar heterogênea, alternando momentos "quentes" e "frios", deixa de ser vista como a oposição entre desordem e ordem. Dentro do próprio Carnaval haveria momentos tanto de ordem quanto de desordem. Entretanto esta constatação pode ser entendida como um simples problema de escala sob a qual encara-se o fenômeno. Os próprios exemplos de que o autor se utiliza para destacar zonas de ordem e de desordem na festa carnavalesca baiana podem ser, eles mesmos, percebidos em outra escala, como possuidores de áreas de ordem e de desordem. A região em torno de um trio elétrico, descrita como "quente" em oposição a áreas afastadas, mais "frias", possui, ela mesma, regiões quentes e frias. Este tipo de oposição é disseminada em qualquer tipo de festividade, carnavalesca ou não. As manifestações de ordem e desordem estão, na verdade, relacionadas com a própria estrutura da sociedade onde se insere a festa carnavalesca. Tal manifestação não se apresenta, entretanto, de uma forma que represente diretamente a sociedade, seja refletindo-a ou invertendo-a, mas sim através de mecanismos diversificados e sutis.

Simson, por sua vez, apresenta em seu artigo uma rápida abordagem sobre as diferentes formas de ocupação de espaço apresentadas pelo Carnaval carioca através do tempo, distinguindo três momentos principais. O primeiro (da época colonial a 1850), referindo-se ao Entrudo, seria um espaço fluido; o segundo (de 1850 a 1920) seria o espaço conquistado no centro da cidade, através de um "consenso", e o terceiro (de 1920 a nossos dias) seria o espaço "rigidamente definido [...] policialmente controlado e comercialmente explorado" (1981, p. 304).

O mérito principal de Simson seria o de estabelecer a relação entre as diferentes formas que o Carnaval carioca assumiu através do tempo e as modificações sofridas pelo espaço urbano do Rio de Janeiro. Entretanto, o caráter excessivamente generalizador do trabalho apresentado pela autora deixa de destacar nuances importantes com referência à ocupação do centro do Rio de Janeiro pelo carnaval das camadas populares. No segundo período, — definido por Simson como carnaval veneziano, ou burguês, podem-se destacar dois momentos que se interpenetram mas que, ao mesmo tempo, se distinguem. O período de 1850 a 1902 — marcando as ações deliberadas da burguesia no sentido de criar uma festa carnavalesca livre do passado colonial e mais integrada a seus anseios internacionalistas — e o período de 1902 a 1930, em que a desilusão burguesa com os rumos da República recém implantada irá ceder espaço para o carnaval oriundo das camadas populares. Ambos os “carnavais” irão, entretanto, coexistir durante praticamente todo o período.

Assim, buscamos neste trabalho dar os primeiros passos para a compreensão espacial das modificações sofridas pela forma de se brincar

Carnaval no Rio de Janeiro de 1850 a 1930, período que baliza, a nosso ver, o surgimento e a sedimentação de muito do que hoje conhecemos como Carnaval carioca. Grandemente marcada pelas diferentes formas de apropriação do espaço urbano, ocorridas ao longo de sua história, a modificação do Carnaval carioca nestas oito décadas estará fortemente relacionada com sua conformação urbana. Se o Entrudo, característico da folia carnavalesca no Rio de Janeiro colonial, define uma forte divisão entre a casa e a rua, a folia burguesa dos bailes e prêmios buscará demarcar, na cidade oitocentista, os espaços da elite e do povo. Por sua vez, as contradições que começam a surgir com o fim do período escravista, marcadas pelas reformas urbanas nas grandes cidades brasileiras, encontrarão sua expressão “carnavalesca” na ocupação das ruas cariocas pelo então chamado Pequeno Carnaval, ou Carnaval do povo. Cada um destes momentos possui sua lógica própria e sua compreensão distinta do espaço urbano carioca, influenciando sua ocupação e sendo, por sua vez, influenciados por este mesmo espaço.

É a cidade oitocentista que irá, portanto, dar forma ao Carnaval, criando com a Reforma Urbana do início do século XX um palco propício não só para a manifestação das formas preexistentes de se brincar Carnaval, como um catalisador das formas que ainda iriam surgir.

Neste sentido, o ano de 1930 serve como um marco para o surgimento de uma terceira fase do carnaval no Rio de Janeiro, pois define os primeiros momentos da organização de um novo tipo de manifestação carnavalesca que iria marcar o carnaval carioca daí em diante: as Escolas de Samba. Surgidas no final da década de 1920, com a criação da Deixa Falar, em 1928, elas irão,

em pouco tempo, incorporar as diversas formas de manifestações carnavalescas que as precederam.

Compreender os processos de transformação urbana ocorridos no período de transição entre o Rio de Janeiro colonial e o Rio de Janeiro do início do século XX, buscando as modificações sofridas por sua festa carnavalesca, é compreender a alma de uma cidade inscrita em sua forma urbana e em sua maior expressão festiva.

Nosso trabalho está, para efeito de melhor compreensão, dividido em três partes. Na primeira delas, abrangendo o Rio de Janeiro desde sua origem até o ano de 1850, buscamos apresentar uma visão global da cidade colonial e de seu carnaval característico, o entrudo, como introduções necessárias à compreensão do período seguinte. A segunda parte do trabalho irá englobar o período de 1850 a 1902 e a importação, pela burguesia carioca, de um carnaval considerado por ela como digno de uma cidade que se queria integrada ao mundo. O período que vai de 1902 a 1930 irá marcar as novas contradições da cidade e o crescimento do carnaval de origem popular assim como sua legitimação na folia carioca, realizada através da ocupação do espaço burguês recém implantado na cidade.

Em cada uma destas partes, buscamos abordar, inicialmente, as modificações urbanas sofridas pelo centro da cidade do Rio de Janeiro, apresentando, a seguir, as formas de expressão carnavalescas a elas relacionadas.

O RIO DE JANEIRO DO ENTRUDO: SÉCULO XVI ATÉ A METADE DO SÉCULO XIX

Uma Cidade em Luta com seu Sítio

Fundada por portugueses em 1565, a cidade do Rio de Janeiro foi lentamente sendo conquistada à natureza adversa que a cercava de montanhas e regiões alagadiças. Durante um longo período subsistindo apenas como um pequeno vilarejo, a cidade cumpre seu destino de colônia de Portugal, servindo de “simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos” (Holanda, 1995, p. 19).

De acordo com Bernardes (1992), “a cada uma das fases do crescimento da área urbana [do Rio de Janeiro], decorrentes da expansão das funções do aglomerado, corresponde uma fase de luta contra a exigüidade do sítio. A topografia quase sempre dificultou ou orientou a ampliação do espaço urbano, refletindo-se essa luta na estrutura atual da cidade” (p. 37).

É somente em meados do século XVIII, com a drenagem e ocupação da região situada ao norte do núcleo urbano inicial — onde se situava a Lagoa da Pavuna e o alagadiço em torno — que a cidade irá ampliar de modo significativo sua malha urbana³ para servir de porto escoador do ouro do interior das Minas Gerais (Bernardes, 1992).

Tornada capital em meados do século XVIII, a cidade iria, em seguida, se beneficiar da transferência da sede do Reino de Portugal que se mudava de Lisboa para a colônia brasileira. Com a conseqüente chegada da família real portuguesa, em 1808, impõe-se uma nova classe social até então praticamente inexistente, trazendo com ela novas necessidades materiais. É a partir de então que a cidade começará a se reestruturar numa nova organização

espacial estratificada em termos de classes sociais. A colônia se torna metrópole fazendo com que diferentes temporalidades convivam na cidade. Uma série de dicotomias — marcadas pela oposição entre colônia e metrópole, entre revolução industrial e escravismo e entre monarquia absoluta e liberalismo — atingem neste período um extremo grau de contradição (Abreu, 1996).

A independência política, em 1822, e a exacerbação do jogo de interesses econômicos — que irá confrontar de um lado a classe agrícola (latifundiários, senhores de engenho, fazendeiros de cacau) aliada aos importadores e comerciantes e de outro lado os cafeicultores ligados aos exportadores e à nova classe industrial (Chiavari, 1985) — darão partida ao processo que desaguará na proclamação da República.

Tendo continuado, mesmo após a independência, a desempenhar suas funções de sustentáculo da ordem e intermediária comercial e financeira dos excedentes agrícolas, a cidade do Rio de Janeiro sofreria, como consequência desta continuidade com o sistema econômico anterior, algumas modificações em sua estrutura urbana.

A cidade passa a atrair a massa de trabalhadores agrícolas rejeitados pela estagnação da lavoura. Estes vêm adensar seus núcleos centrais a procura de habitação perto da fonte de trabalho. A elite vê, então, na exploração dos cortiços, que começam a proliferar, um investimento de custo baixo e pequeno risco.

As principais modificações da feição urbana da cidade neste período se darão através do surgimento dos novos bairros residenciais periféricos ao norte (Tijuca) e ao sul (Catete e Botafogo) “para onde se dirigem, seletivamente, as

várias camadas burguesas, abandonando as própria residências centrais que se transformam, rapidamente, em casas de cômodos” (Chiavari, 1985, p. 585).

As modificações não interferem, entretanto, na unidade da estrutura urbana. A preocupação básica é ordenar o espaço preexistente, disciplinando-o e impondo diretrizes ao desenvolvimento. Como por exemplo, o Campo de Santana, desenhado por Glaziou, e as reformas e construções de novos prédios na ruas Direita e do Ouvidor (Chiavari, 1985, p. 586).

A cidade beneficiava-se da “ação do poder público, que abria e conservava as estradas e caminhos que demandavam os arrabaldes da cidade”. As elites, com poder de mobilidade, “puderam se deslocar do antigo e congestionado centro urbano em direção à Lapa, Catete e Glória (freguesia da Glória), Botafogo (freguesia da Lagoa), e São Cristóvão (freguesia do Engenho Velho)” (Abreu, 1997, p. 37).

O Rio de Janeiro começava a se afastar de seu passado colonial e dava os primeiros passos em direção a sua futura inserção no processo capitalista global. Estas contradições se refletiriam na forma como a cidade ainda brincava seu carnaval. Uma forma que tinha permanecido praticamente imutável em sua essência: O Entrudo.

O Entrudo

Desde meados do século XVI já se tem notícia da brincadeira do Entrudo no Brasil⁴. Entretanto os dias que antecedem a quaresma eram comemorados no período colonial de uma maneira muito particular e diferente do que hoje em dia entendemos por Carnaval.

O seguinte relato do viajante Ferdinand Denis, integrante da Missão Artística Francesa, pode dar-nos uma idéia da folia de momo da primeira metade do século XIX:

Como todos os povos habitantes dos trópicos, nas épocas de regozijo anual, os brasileiros se entregam sem constrangimento à mais viva alegria, e época alguma merece mais esta reflexão do que a do Entrudo. [...] Nesse período de loucura, um amigo me levou para pagar visita e, desde as primeiras saudações, fomos acolhidos por saraivadas de ovos amarelos e verdes, impiedosamente lançados em nosso rosto, por todas as jovens e bonitas senhoras da família. Fomos então convidados a chegar às sacadas das janelas e vimos quantos enchiam as ruas, ou fugindo do projétil, ou a espreita da vítima. Ao surgir alguém, era no mesmo instante assaltado de todas as direções e, num minuto, inundado por torrentes de água [...]. Nas lojas e atrás das portas dos aposentos, homens se escondiam com seringas, avantajadas gamelas contendo vários litros d'água, atirando-a sem cessar, reciprocamente, visando ao rosto e ao ventre (Apud. Fernandes, 1986, p. 12-13).

A principal característica do Entrudo era a agressão mútua a que se entregavam praticamente todos os cidadãos do Rio de Janeiro. O objetivo, nos tempos mais remotos, era lambuzar quem quer que passasse por perto com todo tipo de porcarias possível. Lama, água suja, urina e excrementos eram utilizados na alegre faina carnavalesca. Com o tempo, entretanto, as matérias lançadas foram substituídas por sucedâneos menos escatológicos tais como vinagres, vinhos, farinhas, talcos e perfumes envolvidos em pequenas esferas de cera chamadas de limões de cheiro⁵.

Realizado em dois espaços distintos, o Entrudo reproduzia, na diferenciação apresentada em suas brincadeiras, a segregação existente na sociedade da época. O espaço público e o espaço privado marcavam esta separação. Contatos entre estes espaços eram possíveis mas sempre marcados pela hierarquia. Ou seja, membros da elite podiam lançar projéteis e líquidos sobre escravos. Mas a estes restava rirem-se das brincadeiras sem nunca revidar. Nas ruas realizavam-se as batalhas entre negros e entre

empregados do pequeno comércio. Nos sobrados senhoriais, e mesmo nas casas térreas da gente miúda, incentivava-se a participação feminina nos jogos das molhaças. As moças, vigiadas e cerceadas na vida cotidiana, aproveitavam-se do relaxamento carnavalesco para entrar em contato com rapazes do seu nível social e, deste modo, estabeleciam-se relações matrimoniais de interesse das famílias. O Entrudo contribuía para a reafirmação de laços de parentesco e de interesses comerciais, reafirmando a segregação e a estratificação social. Do mesmo modo, o Entrudo realizado nas ruas irá reproduzir e reforçar as regras e estruturas presentes no espaço público. Este, entretanto, por abrigar uma maior diversidade étnica e social, irá gerar uma série de conflitos e de tensões. Ou seja, dentro das casas brincavam as famílias — respeitando-se a diferenciação de nível econômico e social e utilizando-se de projéteis mais sofisticados, como os limões e laranjas de cheiro — enquanto que nas ruas, os negros, os pobres, os ambulantes, as prostitutas e os moleques molhavam-se e sujavam-se com polvilho, pó de barro, águas de chafarizes e sarjetas e um ou outro limão de cheiro roubado das casas senhoriais (Araújo, 1996). A aparente agressividade desse Entrudo de rua funcionaria, portanto, de acordo com Karasch (1987), como “um método socialmente sancionado de liberação de tensões e agressões sem desafios às estruturas sociais na cidade⁶” (p. 250).

A brincadeira continuava a mesma em sua essência e o Carnaval transcorreria praticamente imutável até quase a metade do século XIX. Durante praticamente três séculos, as ruas estreitas e insalubres da cidade do Rio de Janeiro e as casas nobres que as ladeavam iriam presenciar e servir de palco a um carnaval que refletia, em muitas de suas características, o entrudo

português que lhe dera origem (Queiroz, 1992). Entretanto, a segunda metade do século XIX iria mudar esta situação e iniciar o processo que através da busca da universalização da folia carioca iria propiciar, mais tarde, sua singularização, como veremos a partir de agora.

O Rio de Janeiro do Grande Carnaval: 1850 a 1902

Modificações Urbanas no Rio de Janeiro: 1850-1902

A Cidade Capitalista

O fenômeno global de modificações urbanas ocorrido no século XIX é uma das conseqüências do pensamento iluminista, nascido dos pensadores da revolução intelectual do século XVII.

Como explica Burns (1989), alguns dos princípios básicos da teoria iluminista seriam: o reordenamento do lugar dos homens e mulheres como um dos elos numa cadeia de seres; a racionalização do universo sob leis invariáveis; a substituição dos modelos divinos de comportamento por modelos terrenos e a crença de que um verdadeiro entendimento do mundo presente levaria a um mundo melhor no futuro. Tais princípios levavam a um movimento mais amplo que acentuava a importância de se compreender rigorosamente os mecanismos deste mundo e dentre eles o das cidades. Estas passam a ser vistas como doentes que precisam ser curados. O remédio estaria, então, nas mãos do capitalismo burguês dominante associado à classe média liberal.

Conseqüência direta desta forma de pensar, a cidade do século XIX, como afirma Chiavari (1985), passa a ser tratada como um produto a ser repartido de acordo com as reais possibilidades de renda de seus habitantes. Este produto precisa possuir, por esta razão, uma "imagem formal capaz de

atrair capitais através da impressão oferecida de grande estabilidade e riqueza” (Chiavari, 1985, p. 571).

Iniciam-se, assim, os processos de segregação e zoneamento da cidade moderna. Grandes conjuntos urbanos são demolidos para aumentar a imponência dos grandes monumentos. O centro das cidades passa a ter uma nova utilização e revalorização com seu emprego para uso terciário e de altas finanças, juntamente com a função residencial.

Se, nas reformas por que passaram as grandes cidades européias — como Paris, Londres ou Viena — a idéia de progresso é predominante na organização dos modelos urbanos, no caso das cidades periféricas ao desejo das burguesias por modificações em seus espaços urbanos irá se somar a influência dos modelos econômicos do capitalismo globalizador. Cidades como Buenos Aires, Cidade do México e Rio de Janeiro devem adequar suas reformas de maneira a permitir seu funcionamento infra-estrutural como mercado de matérias primas.

Esta situação, de certo modo na periferia das transformações urbanas por que passa o mundo ocidental no decorrer do século XIX, iria, no entanto, conceder a estas cidades satélites da economia mundial uma amplitude maior de manobra na estruturação de seus centros. Sua reorganização, apesar de seguir os padrões praticamente impostos pela reforma que o Barão Haussmann realizou em Paris, deixaria margem a que as peculiaridades e identidades próprias destas cidades pudessem transparecer através dos cânones europeus. O processo pelo qual passariam algumas das principais cidades latino-americanas ainda demoraria, entretanto, algum tempo até

atingir a cidade do Rio de Janeiro. Esta teria que esperar até início do século XX para poderem encontrar sua verdadeira expressão urbana.

Uma cidade e duas lógicas

O período iniciado na segunda metade do século XIX irá marcar não somente a incorporação de novos sítios à cidade do Rio de Janeiro, mas também a intensificação da ocupação das freguesias periféricas. O início do “reinado do café” irá gerar uma nova fase de expansão econômica que atrairá um grande número de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros. A cidade passa também a atrair, já a partir de meados do século, investimentos externos à procura de novas fontes de reprodução de capital que irão atuar prioritariamente no setor de serviços públicos (transporte, esgoto, gás, etc.) através de concessões do Estado (Abreu, 1997). Tais modificações iriam conviver com as relações de produção arcaicas fazendo com que, pouco a pouco, duas lógicas distintas passassem a conviver na cidade: o escravismo e o capitalismo.

O Rio de Janeiro irá refletir estes conflitos claramente em seu espaço urbano com a coexistência, no centro da cidade, de soluções urbanísticas modernas⁷ e de cortiços insalubres. Como afirma Amador (1992), “a coexistência de segmentos abastados e diferenciados de população levou ao início de um processo de estratificação social e espacial, a uma diferenciação urbana de forma e conteúdo” (p. 225).

Esta manutenção da estrutura urbana colonial, associada ao rápido crescimento demográfico, tornariam as condições de vida na cidade cada vez mais difíceis. A partir da década de 1870, as epidemias passam a assolar a

cidade com dramáticas conseqüências. Tais epidemias não só ameaçavam a sobrevivência da mão-de-obra, mas provocavam o cancelamento do porto do Rio das rotas dos navios (Chiavari, 1985).

As cinco décadas que compreendem este período representam a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana da cidade e a etapa inicial de um processo no qual esta expansão passa a ser determinada pelas necessidades do capital nacional e estrangeiro.

O governo imperial tenta remodelar a cidade já a partir de 1871 (plano de remodelação de João Alfredo Correia de Oliveira). A falta de recursos adia, entretanto, qualquer projeto e caracteriza a política urbana até finais do século XIX. Várias tentativas são feitas propondo uma associação entre o Estado e particulares para a reurbanização da cidade (Chiavari, 1985).

A solidificação da dicotomia núcleo-periferia já se esboça no Rio de Janeiro antes da década de 70 do século XIX com a inauguração, em 1858, do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (permitindo a ocupação acelerada das freguesias suburbanas) e com a implantação, em 1868, das primeiras linhas de bonde de burro (facilitando a expansão da cidade em direção às atuais zonas sul e norte). É, entretanto, somente a partir de 1870 que, com a atuação sincrônica dos bondes e dos trens, que se selará o destino da cidade do Rio de Janeiro com a hierarquização social do seus espaços urbanos⁸.

Pouco a pouco vai-se impondo a ideologia que associa “modernidade” à localização residencial situada à beira mar. Vários interesses de capital contribuíram para esta reconceituação geográfica da cidade, entre eles

destaca-se a Companhia Jardim Botânico, “interessada em estender o território sobre o qual tinha monopólio de transporte” (Abreu, 1997, p. 47).

Em contraposição a estas rápidas transformações, as freguesias centrais pouco se modificaram. Elas continuaram a se adensar cada vez mais, devido ainda à “necessidade de uma população extremamente carente [...] de residir próximo aos locais de emprego” (Abreu, 1997, p. 49). Como consequência deste adensamento, os cortiços continuam a proliferar tornando-se um dos principais problemas da cidade⁹.

Paralelamente a este processo, os trens vão rapidamente transformando freguesias que, até então, mantinham-se exclusivamente rurais. Inicialmente ao longo da ferrovia, aos poucos o processo de ocupação dos subúrbios vai se espalhando perpendicularmente à via férrea.

Os subúrbios do Rio de Janeiro já estavam, pois, em pleno crescimento na última década do século XIX. Os trens, entretanto, não chegaram a desafogar a ocupação do centro da cidade e áreas periféricas que, da mesma forma que os subúrbios, apresentaram crescimentos demográficos importantes.

A segunda metade do século XIX irá, deste modo, marcar a intenção, ainda não realizada, de se modelar o Rio de Janeiro ao gosto e interesse de sua burguesia ascendente. Entretanto, se não conseguiu reformar sua cidade como desejava, a elite carioca teve grande sucesso em inventar seu novo carnaval.

O Grande Carnaval¹⁰

Os bailes

Em 1840, o Brasil já havia se transformado, não era mais uma colônia e sim um Império com intenções de se acoplar às reformas burguesas pelas quais passava o mundo. A brincadeira carnavalesca do Entrudo, em que pese ter continuado por muitos anos ainda¹¹, já não mais satisfazia à “gente de bem”. Era preciso mudar a forma de se brincar o Carnaval. Como afirma Soihet (1998), a elite da Belle Époque, tendo como modelo a França, e mais precisamente Paris, buscava expurgar da cidade os costumes grosseiros e vulgares associados às heranças negra, portuguesa e indígena. A festa carnavalesca certamente se incluía neste contexto e precisava, também, sofisticar-se através da eliminação do velho Entrudo e da importação de novas formas de se brincar o Carnaval.

Copiando o que se fazia na Europa, a burguesia importa os bailes de máscaras. A 22 de janeiro de 1840, segundo Moraes (1987), é promovido o primeiro baile. O sucesso é tamanho que o acontecimento se repete a 20 de fevereiro. A partir de então, os bailes irão se disseminar cada vez mais. A música tocada era principalmente a polca, verdadeira febre internacional no período (Chasteen, 1996). A frequência principal dos bailes, segundo Moraes (1987) não era a das famílias pois “naquele tempo elas não se misturavam com o povo, mas para não perderem o espetáculo, iam, curiosas, ocupar os camarotes” (p. 31). Uma descrição suntuosa de um baile “ornamentado com todo gosto, com grande profusão de estátuas, espelhos, esferas luminosas, milhares de bicos de gás, bandeiras, galhardetes [...] orquestra [...] constituída de 40 músicos” (Moraes, 1987, p. 31) que se realizou em 1879 no Imperial

Teatro D. Pedro II faz-nos, entretanto, refletir sobre esta afirmação. A afirmativa da autora de que no mesmo ano de 1879 “surgiram bailes públicos em todos os lugares” reforça a idéia de que os bailes privados seriam freqüentados pela elite, e não pelo povo. De todo modo, em 1890, já se tem um relato de um baile onde *famílias distintas* dançam, para escândalo geral, o cançã e um jornal destaca que, em 1896: “bailes públicos só para o zé-povinho” (Moraes, 1987, p. 34). A sociedade aderira ao novo Carnaval.

Os bailes de máscara irão, pouco a pouco, saindo às ruas sob a forma de mascaradas. Por volta de 1850, período de maior estabilidade política e prosperidade econômica do Império, já era costume dos foliões burgueses colocarem uma máscara, vestirem uma fantasia e sair passeando pelas ruas, antes das danças nos bailes. Esta ocupação das ruas pela folia burguesa irá refletir as modificações pelas quais estava passando a paisagem urbana carioca. A rua deixa de ser vista apenas como lugar de negros escravos, de pobres, moleques e prostitutas — que começam a perder o espaço que ocupavam no Rio de Janeiro colonial — e passa, paulatinamente, a servir de espaço de lazer para a burguesia. Aos poucos o Carnaval será considerado como um festa da rua, da ocupação de espaços públicos. Um novo Carnaval para uma nova cidade. Não mais o Entrudo "grosseiro", mas o flandar mundano afrancesado. Ignoram-se, deste modo, os desfiles de negros e as festas realizadas no período colonial para se construir uma origem civilizada, polida e européia deste novo Carnaval. Neste sentido, o Carnaval popular será disciplinado e, sistematicamente, ignorado, mas por mais que a ideologia da burguesia tente eliminar, ou "demonizar" o Carnaval popular, este buscará

estratégias de sobrevivência, ocupando os espaços vazios deixados pelo Carnaval burguês, como veremos mais adiante.

As Sociedades ou Clubes Carnavalescos

Em 14 de janeiro de 1855, José de Alencar já prenuncia a necessidade de ruas largas para a plena manifestação carnavalesca ao noticiar em sua crônica do Correio Mercantil uma novidade para o próximo Carnaval: “Uma sociedade criada no ano passado, deve fazer no domingo a sua *grande promenade* pelas ruas da cidade.”, e prossegue: “quando se concluir a obra da Rua do Cano [que estava sendo alargada], poderemos então imitar [...] as belas tardes de Corso em Roma” (Apud Moraes, 1987, p. 44). De fato, em 1855 o Congresso das Sumidades Carnavalescas realiza sua primeira passeata. Os jornais da época noticiaram “a maior transformação do Carnaval fluminense e que o tornou célebre e rival do Carnaval de Nice, Veneza e Roma” (Apud Moraes, 1987, p. 46). Um dos principais clubes Carnavalescos, os Fenianos, publica no jornal *O Paiz* uma declaração em que afirma estar “modificando radicalmente os folguedos de honra do Deus Momo em coisas até então desconhecidas (...) condenando para sempre o uso das bolinhas de cera, acabando de vez com as seringas” (Apud Moraes, 1987, p. 53).

O novo estilo de brincar Carnaval tinha consciência que viera para ficar e dar uma nova forma à folia. Mas em que consistia esta modificação do jeito de brincar o Carnaval? Não seria, por certo, a presença das elites. Estas também participaram do Entrudo, embora restrito a suas moradias, mas não totalmente isolado das ruas. Não seria também o fato de passar a existir um Carnaval onde a burguesia pudesse brincar isolada do povo, visto que os bailes já

cumpriam este papel há pelo menos 15 anos¹². O que, na verdade, estava ocorrendo naquele Carnaval de 1855 era a deliberada tentativa de elitização do Carnaval carioca através da incorporação dos novos conceitos burgueses. Trazendo em sua própria expressão — na forma de passeatas ou, posteriormente préstitos — a idéia de movimento, tão cara à sociedade burguesa da segunda metade do século XIX, as Sociedades realizavam uma espécie de marcação clara de sua diferença em relação ao Carnaval dos entrudistas (Pereira, 1994). As idéias de movimento, evolução, velocidade, implícita nas passeatas, iria se contrapor ao “caos”, a “desorganização” e a “confusão” do Entrudo.

Durante toda a segunda metade do século XIX, a tentativa de hegemonia do Grande Carnaval burguês se fará notar. O carnaval dos Bailes, das Mascaradas e das Grandes Sociedades buscará suas raízes, não no Entrudo “bárbaro” e “brutal” típico do Brasil Colonial de herança portuguesa, mas nos tempos remotos das saturnálias, das bacanais greco-romanas e das festas de loucos da Idade Média européia. A loucura carnavalesca, à moda oitocentista, seria, entretanto, como destaca Pereira (1994), “uma elegante regra que todos deveriam aceitar” (p. 122). A burguesia carioca busca, com bastante sucesso, impor seu modelo carnavalesco. Conceitos como o de que o carnaval é “uma festa de todos”, um momento de loucura, de permissividade e de inversão, em contraposição à vida cotidiana, são incorporados à festa como elementos necessários à manutenção da ordem burguesa. A busca de uma identidade nacional, e carioca, se associa, intimamente, à idéia de carnaval. A folia carioca buscará esta identidade através da comparação com os carnavais “venezianos” de Nice, Paris ou Roma. Se a urbanização carioca ainda se

mostrava tímida, a folia carnavalesca do Rio de Janeiro já procurava reproduzir o modelo difundido pela urbanização típica do século XIX, própria para o flunar da nova burguesia¹³.

Se o Rio de Janeiro conheceu grande expansão de sua área urbana durante os últimos 50 anos do século XIX, seu centro antigo, entretanto não sofreria grandes mudanças no período. O novo carnaval desejado pela burguesia precisaria adaptar seu conceito de passeatas e deslocamentos festivos às estreitas ruas centrais da cidade colonial. Vale notar que, apesar do alargamento de algumas vias importantes como a Rua do Cano, a Rua do Ouvidor iria manter, durante o carnaval, seu poder centralizador manifestado durante o resto do ano. Até a abertura da Avenida Central, no início do século XX, ela será o ponto mais movimentado do carnaval carioca marcando, deste modo o poder simbólico dos espaços urbanos. Estes, mais do que simples locais pré-determinados para a festa, transformam-se em lugares carregados de significados e afetividades. Enfeitada com estandartes, flâmulas e bandeiras coloridas, iluminada por arcos à gás, pela Rua do Ouvidor irão desfilar não somente as Grandes Sociedades, mas também os Cucumbis, os cordões, os Zé Pereiras, manifestações populares que, em pouco tempo iriam dominar a carnaval carioca (Soihet, 1998, p. 53).

O Rio de Janeiro do Pequeno Carnaval: 1902 a 1930

Modificações Urbanas do Rio de Janeiro: 1902-1930

A cidade cosmopolita

Já a partir da segunda metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, ainda mantendo sua estrutura urbana colonial, é objeto da condenação

de sanitaristas e, mais tarde, de engenheiros. Ambos se unem para propor uma cidade de grandes avenidas, urbanizada sob o controle do Estado e onde as fachadas refletissem as funções dos prédios. Tais idéias, longe de serem originais, seriam o fruto do pensamento da época que tinha como base um modelo de cidade industrial do qual Paris seria a expressão máxima.

A nova Paris — remodelada pelo Barão Haussmann, imagem da modernidade urbanística da época — é o modelo, em todos os sentidos, da implantação de um novo centro para o Rio de Janeiro: modelo de atuação do Estado “idealizador, promotor e gestor da reforma urbana” (Pereira, 1992, p. 474) ; modelo de ação administrativa (empréstimos particulares associados a capacidade de profissionais especializados); modelo de ideologia do progresso (em seu entusiasmo pela capacidade da ciência e da tecnologia) e modelo de adoção de um partido urbanístico e arquitetônico específico com suas “grandes avenidas retilíneas e arborizadas, traçadas segundo perspectivas imponentes e aparelhadas de uma arquitetura eclética de escritura tradicional, mas tomada agora essencialmente de forma cenográfica” (Pereira, 1992, p. 474).

A reforma do Rio de Janeiro de 1902/1906 irá seguir, portanto, o modelo da cidade industrial, apoiada na semântica urbana tradicional, formada basicamente por ruas e praças e incorporando as diversas funções urbanas. Estas funções não setorizam a cidade como iria pregar a teoria urbanística do século XX. Ao contrário; ao empregar, como unidades básicas a “velha” rua e a “velha” praça, a urbanização oitocentista garante, com isto, espaços extraordinariamente animados e uma vida urbana muito mais plena (Pereira, 1992).

Em 1904, Rodrigues Alves, representante da oligarquia cafeeira, assume a presidência do país e, junto com o prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, realiza a reforma urbana que seria “a maior transformação já verificada no espaço carioca até então” (Abreu, 1992, p. 60) e que tem como principal particularidade, resolver as contradições que a cidade apresentava. A área central da cidade — com características coloniais, ruas estreitas e sombrias, povoadas de cortiços, carroças e animais, onde grassava a febre amarela — não condizia com a imagem de capital do principal país produtor de café do mundo, de importância cada vez maior no contexto internacional. Uma cidade que andava de bonde, e começava a adotar o automóvel, com valores cosmopolitas e modernos.

Através da instituição do recuo progressivo dos edifícios e da uniformização dos planos de alinhamento das ruas iniciava-se, “com impetuosidade, o processo de renovação urbana das freguesias centrais” (ABREU, 1997, p. 60). Novas vias de circulação são abertas às custas da demolição de inúmeras casas que serviam de residência às populações pobres, as principais artérias do centro são alargadas com desapropriações de prédios utiliza-se pela primeira vez no país o calçamento asfáltico.

A cidade é embelezada com a arborização e a localização de estátuas em praças públicas e a construção de pavilhões arquitetônicos como o Pavilhão Mourisco, a Vista Chinesa e o Pavilhão do Campo de São Cristóvão. Dá-se início à construção do Teatro Municipal. Em Copacabana aceleram-se as obras de perfuração do Túnel do Leme e da construção da Avenida Atlântica, rios são canalizados, parte da Lagoa Rodrigo de Freitas é saneada, o lixo urbano é removido para a Ilha de Sapucaia. Em nome da higiene, declara-

se guerra aos quiosques, proíbe-se a venda de vários produtos por ambulantes e demolem-se cortiços. Para melhorar a acessibilidade à zona sul constrói-se a Avenida Beira Mar, chamada de um dos *boulevards* mais lindos do mundo. Duas obras a cargo do Governo Federal — a construção do Porto do Rio de Janeiro e a abertura das avenidas Francisco Bicalho e Rodrigues Alves que lhe davam acesso — foram, por sua vez, fundamentais “para a integração efetiva do país na nova divisão internacional do trabalho” (Abreu, 1997, p. 63).

Entretanto, a mais importante obra em termos de transformação dos costumes da cidade seria a construção da Avenida Central, para cuja abertura, realizada pela União, foram demolidas, de acordo com Máximo (1997), entre 600 a 3000 casas, desabrigando mais de 20 mil pessoas. O Estado toma a decisão de intervir e construir o novo centro do Rio de Janeiro, composto do conjunto formado pela Avenida Central e das duas praças em suas extremidades (o Largo da Prainha, depois Praça Mauá e o Largo da Mãe do Bispo, atual Cinelândia).

Um dado importante é o fato do centro do Rio de Janeiro deixar de ser uma praça (o Largo do Paço¹⁴) e passar a ser uma artéria articulada a duas praças, caracterizando a incorporação de um tipo de vida urbana fundado essencialmente na circulação concatenada de veículos e pedestres.

A reforma do Rio de Janeiro inscreve-se, entretanto, entre aquelas que “não passaram de agenciamentos parciais da cidade ou alargamento e retificação de ruas para melhorias de circulação” (Pereira, 1992, p. 475), modernizando o centro da velha cidade colonial, construindo o porto e algumas vias de comunicação deste centro com áreas periféricas.

Esta reforma parcial terá, entretanto, o lado positivo de individualizar a cidade em lugar de impor-lhe uma forma predeterminada. De fato, algumas reformas urbanas do século XIX — como, por exemplo a da cidade de Viena — tiveram a qualidade de resolver “uma situação crítica, usando o ferramental teórico e prático de sua época, mas sem avançar além das necessidades que se apresentaram na ocasião como inadiáveis” (Pereira, 1992, p. 477).

Apesar de apoiada num modelo econômico e político altamente injusto, a idéia da construção de uma nova centralidade para a capital não tomou um forma totalitária característica do modernismo, como seria, mais tarde, o caso de Brasília. Ao contrário, apesar das demolições características dos processos de transformação das cidades desde os tempos antigos, não existe, na cidade oitocentista “a idéia de que é preciso partir do zero, do vazio, como haverá posteriormente no urbanismo racionalista. [...] “A experiência de modernidade no século XIX, portanto, não significa a rejeição do passado, mas sim a continuação e a recriação desse passado num outro ambiente urbano, esse sim inexoravelmente moderno” (Pereira, 1992, p. 478).

Imposição do moderno capitalismo de face internacional. Necessidade sanitária. Adequação à nova estrutura social. A reforma realizada por Pereira Passos como adequação do espaço urbano da cidade a necessidades preexistente iria, entretanto, cumprir um papel para o qual ela, provavelmente, não havia sido idealizada: estruturar o caminho para o surgimento do “espírito carioca”, como veremos no próximo segmento.

O final do ano de 1904 irá, entretanto, presenciar, no Rio de Janeiro, a chamada Revolta da Vacina, definida por Sevcenko (1984) como “um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação” (p. 68) que tomou

conta da cidade durante 6 dias do mês de novembro e que representa, na verdade, a resposta popular a fórmulas “de discriminação, exclusão e controle social, voltadas contra os grupos destituídos da sociedade” (Sevcenko, 1984, p. 88). Na verdade, a busca de soluções para as contradições da cidade colonial irá gerar novas contradições com a diminuição da oferta de habitações populares, a demolição de cortiços e o conseqüente adensamento das freguesias periféricas e dos subúrbios e a difusão das favelas. Novas reformas urbanas terão curso durante a administração Paulo de Frontin, considerado como o prefeito que mais realizou obras na cidade em mais curto período de tempo. Abreu (1997) destaca que Frontin

entre outras obras, alargou em dobro e pavimentou a Avenida Atlântica, construiu, no desabitado Leblon, a Avenida Meridional (atual Delfim Moreira); abriu grande parte da Avenida Rio Comprido (atual Paulo de Frontin), que teve o rio canalizado; iniciou a perfuração do túnel João Ricardo, abriu a rua Alcindo Guanabara, no centro; prolongou a Avenida Beira Mar com o nome de Presidente Wilson; construiu o cais da Urca, bairro que estava sendo criado – em aterro – por uma companhia imobiliária; e alargou a Avenida Niemeyer, que havia sido construída (em parte) pelo comendador Conrado Niemeyer, e entregue à cidade em 1916 (p. 74).

A administração Carlos Sampaio, prefeito do rio de 1920 a 1922, dedicou-se, basicamente a preparar o Rio de Janeiro para as comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Sua ação mais marcante, em termos de modificação urbana, foi o arrasamento do Morro do Castelo e dos bairros a ele anexos. Sítio histórico onde a urbe carioca havia se originado, no século XVI, o Morro do Castelo era, na segunda década do século XX, local de moradia de famílias pobres que habitavam as antigas construções ali existentes. Sua situação era, no entanto, excelente, pois ficava ao lado da Avenida Rio Branco, sendo portanto, um lugar de grande potencial econômico. Como destaca Corrêa (1995), a produção do espaço urbano se dá através da ação coordenada e regulada pela legislação dos principais agentes sociais que

“fazem e refazem a cidade” (p. 12). Tais agentes, representados pelos proprietários dos meios de produção, pelos proprietários fundiários, pelos promotores imobiliários e pelo Estado, ao apropriarem a renda da terra, irão servir ao “propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção” (Corrêa, 1995, p. 12). Deste modo, o período Carlos Sampaio será — similarmente às administrações que se sucederão até o final da década de 20 — uma nova etapa de um processo de reorganização do centro da cidade do Rio de Janeiro, buscando expulsar dali as populações indesejadas que ainda o ocupavam¹⁵. Conforme resume Abreu (1997).

o período 1906-1930 caracterizou-se pela expansão notável do tecido urbano do Rio de Janeiro, processo esse que se efetuou de maneira distinta no que se refere aos dois grandes vetores de crescimento da cidade. De um lado, a ocupação das zonas sul e norte pelas classes média e alta intensificou-se, e foi comandada, em grande parte, pelo Estado e pelas companhias concessionárias de serviços públicos. De outro, os subúrbios cariocas e fluminenses cada vez mais se solidificaram como local de residência do proletariado, que para aí se dirigiu em números crescentes (p. 82)

O Surgimento do “Espírito Carioca”

As reformas realizadas dentro do quadro de aburguesamento da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, tiveram, entre outras conseqüências, a “valorização do potencial paisagístico da cidade, sobretudo [das] suas possibilidades de lazer como balneário” (Pereira, 1992, p. 506). Estabelece-se, deste modo, uma “ambigüidade básica. De um lado há o apelo à eficiência, à rentabilidade, à produtividade [...] do outro lado há o apelo à descontração e à informalidade, nesse universo indisciplinado e improdutivo que é o prazer” (Pereira, 1992, p. 510-1). Diferentemente das grandes cidades modernas como São Paulo, Nova York ou Tóquio, no Rio de Janeiro os

espaços e tempos específicos das diversões se conjugam aos do trabalho, dando origem à identidade da cidade.

Esta ambigüidade básica que se estabelece na cidade do Rio de Janeiro irá, de certo modo, moldar aquele que será o seu espírito¹⁶. Equilibrando-se entre o antigo e o moderno, a cidade irá tentar conciliar duas “culturas” aparentemente irreconciliáveis. Desta tentativa de unir os opostos, de juntar o moderno e o tradicional, o erudito e o popular, a *flânerie* e a *quizomba*, o europeu e o indígena, irá surgir a identidade do Rio de Janeiro. Cidade de misturas, de mulatos, de fusões¹⁷.

A profunda modificação do meio urbano durante o primeiro período republicano irá induzir a família carioca a novos padrões de comportamento social. Esta, ao cruzar a fronteira do espaço privado do lar em direção ao espaço público da rua privilegiará o consumo do lazer, caracterizando, assim, a cultura urbana do Rio de Janeiro civilizado (Araújo, 1993).

A proclamação da República seria “o grande divisor de águas no processo de transformação urbana que definiu a identidade cultural do Rio” (Araújo, 1993, p. 29). O programa político republicano concentra sua atenção no binômio família/cidade, frustrando inicialmente as expectativas de liberdade e igualdade da população. A idéia de “civilizar”o espaço urbano do Rio iria se refletir tanto no aspecto físico quanto no ideológico, através da restrição às manifestações populares e controle da atmosfera de permissividade moral. A família seria o sustentáculo deste projeto através do reequacionamento do seu papel social e o elemento vital para o processo de “civilizar”o Rio de Janeiro. Seu comportamento, entretanto, seria contraditório “debatendo-se entre o velho e o novo” (Araújo, 1993, p. 284). Atraída pela rua pelo próprio clima de

perpétuo verão característico da cidade, mas ao mesmo tempo afastada do lazer público pelo caráter precário e hostil, pelas ruas imundas e insalubres e pela arborização deficiente da cidade colonial, a família acorrerá com prazer às ruas largas, limpas e saneadas, aos jardins arborizados e seguros da nova cidade.

As montanhas e florestas do Rio de Janeiro, citadas como os recantos preferidos da sociedade carioca para a realização de seus passeios, irão sofrer a concorrência das praias como as principais áreas de lazer da cidade nas últimas décadas do século XIX com a abertura da Avenida Beira-Mar e o loteamento de Copacabana. Num processo forjado pelos interesses capitalistas, o mar e as praias passarão, daí em diante a superar a montanha e as florestas na formação do estilo de vida peculiar da cidade, voltado para a fruição hedonística da vida.

Isolada e voltada para si mesma, a burguesia carioca, cujo espelho são as grandes metrópoles européias como Paris ou Londres, iria, entretanto, estabelecer um contato mais que fortuito com as camadas mais baixas da população.

Metade da população economicamente ativa do Rio de Janeiro, entre 1890 e 1906, era composta, segundo Carvalho (1987), de trabalhadores domésticos e pessoas sem profissão conhecida ou mal definida. Esta massa era constantemente alimentada pela imigração tanto do resto do país quanto de Portugal e de outros países europeus. Formava-se “um Rio subterrâneo, menos visível, mas que se vinculava umbilicalmente ao Rio oficial, sobreterrâneo” (Carvalho, 1987, p. 77). Este *lumpem* dedicava sua energia participativa e capacidade de organização a outras atividades que não a

participação política. “Invisível” aos olhos das elites, este povo irá continuar a “produzir” sua cultura, mais rica e mais brasileira que os versos parnasianos e simbolistas.

Alijadas pelo afã modernizador das elites, as camadas populares criam estratégias próprias de sobrevivência, como por exemplo a casa da Tia Ciata¹⁸. Esta, ao “garantir, através dos rituais, a solidariedade comunitária” cristaliza a idéia de “pertencimento a uma comunidade” (Velloso, 1988, p. 16).

A região da Cidade Nova, densamente povoada, surgia como um centro aglutinador destes “rituais” e contava com poucas áreas livres, entre elas, a Praça Onze, antigo Rossio Pequeno, utilizado pela população local, já no século XVIII, como receptáculo de lixo. Urbanizada em 1846 — e contando, inclusive, com um chafariz projetado pelo arquiteto Grandjean de Montigny, vindo com a Missão Francesa — a praça se tornaria ponto central de seus novos moradores. Era nela que “se desenrolariam os encontros de capoeiras, malandros, operários do meio popular carioca, músicos, compositores e dançarinos, dos Blocos e Ranchos Carnavalescos, da gente do candomblé ou dos cultos islâmicos dos baianos, de portugueses, italianos e espanhóis” (Moura, 1995, p. 58), uma curiosa mistura que iria gerar o novo Carnaval popular nas primeiras décadas do século XX.

Produzida pelo povo nas Pequenas Áfricas, cortiços, favelas e subúrbios, esta cultura nascente — com a tradição da relação com o espaço público, tanto para o trabalho quanto para o divertimento — iria fatalmente transbordar e se apropriar dos novos espaços cariocas, concebidos para o lazer da burguesia, mas destinados a gerar a nova e multifacetada cultura de uma cidade.

Implantada com o objetivo de privilegiar as classes mais altas, a reforma urbana de 1902/1906 iria, entretanto, oferecer aos diversos usuários dos espaços dela decorrentes, múltiplas possibilidades de fruição. Idealizados para o usufruto dos ricos, tais espaços são também utilizados pelos pobres que aí passam de bonde indo para o trabalho, passeiam a pé em seus dias de folga ou mesmo montam barraquinhas para vendas de refrescos e doces. O clima de descontração e alegria não passa despercebido às camadas sociais menos abastadas. O apelo da cidade para uma vida mais prazerosa terá “claras ressonâncias nas camadas populares, formando o perfil característico do carioca” (Pereira, 1992, p. 513). Os novos espaços urbanos da cidade, apesar de projetados como “celebração do dinamismo de uma vida urbana verdadeiramente cosmopolita e moderna” (Pereira, 1992, p. 515) passam a ser vividos tanto pelos ricos quanto pelos pobres. Além disso, acostumados a ocupar espaços segregadores, os ex-escravos irão se apropriar daquilo que for possível do mundo dos ricos, acrescentando-lhe sua própria versatilidade, como aconteceu com o futebol, com o chorinho e com o samba. Na verdade, segundo Carvalho (1987), são estes excluídos da cidadania que irão construir nossa identidade cultural conforme podemos ver neste trecho:

Mas se o novo Rio criado pela República aumentava a segmentação social e o distanciamento espacial entre setores da população, as repúblicas do Rio, vindas do Império, continuaram a viver, a renovar-se, a forjar novas realidades sociais e culturais mais ricas e mais brasileiras [...]. Em certos momentos, elas podiam manifestar-se politicamente e de modo violento, como nas barricadas de Porto Artur. Todavia, na maioria das vezes elas cresciam em movimentos lentos e subterrâneos. Assim, a festa portuguesa da Penha foi aos poucos sendo tomada por negros e por toda a população dos subúrbios, fazendo-se ouvir o samba ao lado dos fados e das modinhas. Na Pequena África da Saúde, a cultura dos negros muçulmanos vindos da Bahia, sua música e sua religião fertilizaram-se no novo ambiente, criando os Ranchos Carnavalescos e inventando o samba moderno. Um pouco depois, o futebol, esporte de elite, foi também apropriado pelos marginalizados e se transformou em esporte de massa.

Assim, o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobretterrâneo da cultura das elites. Das repúblicas renegadas pela República foram surgindo os elementos que constituiriam uma primeira identidade coletiva da cidade, materializada nas grandes celebrações do Carnaval e do futebol (p. 41).

As drásticas modificações do meio urbano decorrente das reformas de 1902/1906 iriam acelerar a lenta mudança de mentalidade da família. Com a quebra do isolamento doméstico irá se produzir “uma interação social que invoca uma ilusória permeabilidade das fronteiras de classe” (Araújo, 1993, p. 205).

Tal permeabilidade, entretanto, parece não ter sido tão ilusória quanto se pode supor numa primeira análise, visto que em muitas situações, a convivência de classes iria ocorrer. Algumas destas “situações” eram, inclusive institucionalizadas, como as irmandades religiosas e as organizações de auxílio mútuo. Outras delas, como a capoeiragem e as religiões africanas, seriam freqüentadas indiscriminadamente por negros e brancos, ricos e pobres (Vianna, 1995).

Sem dúvida o principal símbolo da reforma de 1902/1906, a Avenida Central — atual Avenida Rio Branco — seria o mais importante pólo aglutinador das diversas camadas sociais da cidade. Suas calçadas são propícias à circulação de pedestres, servindo ao comércio e à prestação de serviços. Além disso, ela foi, desde sua inauguração, em 1906, até os anos 50, o centro cultural e de lazer de todas as classes sociais do Rio de Janeiro. Apropriada ao *footing*, ela é um palco para a manifestação da “dimensão erótica da cidade” (Pereira, 1992, p. 485). Aos mais pobres ela oferecia bares e botequins nas imediações. Além disto era lá o ponto culminante do Carnaval tanto para as manifestações informais e populares quanto para os grandes desfiles oficiais.

Na Avenida Rio Branco, a arquitetura se rende à importância prioritária da rua, com suas calçadas e esquinas, tomando uma função de cenário. A diferenciação entre cada prédio se dá através das possibilidades decorativas da arquitetura eclética, principalmente através da valorização dos ornamentos. Deste modo o transeunte pode, ao passar por um prédio, ler sua destinação sem necessidade de legendas ou placas indicativas. Em suma, uma Avenida que se oferece à fruição de quem quer que passe por ela.

Não é de se admirar, portanto, o grande prazer que era na época a *flânerie* ou o *footing* por suas calçadas. Elite e classes menos favorecidas iriam, entretanto, dividir estes espaços, como na ocasião das festas populares, visto que “o cosmopolitismo singular da capital facilitava as formas de interação social no espaço público” (Araújo, 1993, p. 327).

Como destaca Pereira (1992, p. 227), após a reforma urbana de 1902/1906 o Rio de Janeiro passa a ser designado

pelos seus habitantes e pelos visitantes de Cidade Maravilhosa. [...] Maravilhosa para os ricos. Maravilhosa para os pobres. Maravilhosa por permitir, numa época cada vez mais organizada e disciplinada pelos padrões de eficiência e rentabilidade da sociedade burguesa, a existência do prazer tão pouco lucrativo, da alegria tão pouco rentável. Maravilhosa, enfim, por resistir à tendência quase universal à padronização cultural nas grandes metrópoles e permitir ainda a convivência com as diferenças.

O carnaval popular irá encontrar no eixo da Avenida Central, o espaço aglutinador de suas diversas “diferenças”. Os tradicionais Cordões, Zé Pereiras, Cucumbis e, logo depois, os Ranchos e os Blocos, como veremos a seguir, irão se incorporar ao carnaval da elite ocupando com seus desfiles a passarela natural da cidade. Durante algum tempo, dois “carnavais” irão conviver no centro do Rio de Janeiro. O Grande Carnaval de origem burguesa e o Pequeno Carnaval, descendente do Entrudo, das procissões e das festas “negras”.

Festa da rua por excelência, a pândega carnavalesca aproximará os diversos segmentos sociais, as diversas facções políticas, e as diversas etnias que compõem o povo da cidade do Rio de Janeiro.

O Pequeno Carnaval

O Zé Pereira

O costume de sair andando pelas ruas batendo bombo e tambores conhecido como Zé Pereira, surgiu no Rio de Janeiro, ao que parece, no Carnaval de 1846, e surtiu grande efeito em fazer com que as massas populares viessem incorporar as brincadeiras do Entrudo ao desfile em passeata pelas ruas da cidade. À partir de então, o número de Zé Pereiras cresceu e tornou-se “essencialmente o Carnaval do pobre”, visto que não demandava nenhuma espécie de preparação especial, bastando “sair à rua com bombos e tambores, uma camisa qualquer, uma calça de qualquer espécie e fazer barulho [...] com o tumulto de um ruído que nem sequer é música mas proclama a alegria” (Moraes, 1987, p. 43)

Um desfile “desorganizado” que incorpora à brincadeira popular a idéia de deslocamento. Elite e massas populares “descobrem” ao mesmo tempo, o Carnaval em forma de desfile. Entretanto, se as elites, ao perceberem as possibilidades evolucionistas do movimento, as aplicam não só às novas ciências nascentes, como a psicologia e a antropologia, mas também a seu lazer, como às corridas de cavalos¹⁹ e, no caso brasileiro, ao Carnaval, as massas populares estão, na verdade, reformulando e retomando um velho

costume de procissões e desfiles influenciados pelas procissões católicas e pelos cucumbis negros.

Os Cucumbis

Os primeiros catequizadores dos negros já incentivavam a incorporação de representações "pagãs" africanas às festas de seus santos padroeiros. Deste modo, grupos africanos, apresentados como um cortejo real, eram parte integrante das procissões em honra a estes santos. Estes festejos, incorporando máscaras e cantos negros às festas religiosas portuguesas marcam, deste modo, a inserção de elementos africanos no catolicismo brasileiro. Através de festejos como o das congadas (ou cucumbis, como eram mais conhecidos no Rio de Janeiro), os negros expressariam seus rituais, o culto a seus ancestrais e a seus orixás, revivendo, mesmo que indiretamente, suas tradições. Para os brancos, entretanto, tais festejos representariam um excelente papel de instrumento de dominação e controle.

A coroação dos reis do Congo era parte integrantes das festas relativas aos santos padroeiros dos negros. Nesta cerimônia, um casal de negros era homenageado com as honras reais. Conduzidos pelos negros escravos até a igreja, ambos eram coroados pelas autoridades religiosas. Durante todo o percurso de ida e volta dançava-se e cantava-se simulando-se embates de espadas.

Muito comuns na primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro, os grupo de Congos ou Cucumbis irão reaparecer durante a década de 1880. Se, no passado, tais grupos se apresentavam durante os funerais dos reis negros, algumas vezes, na época do Entrudo e, mais comumente no Dia de Reis, seu

ressurgimento no Carnaval do final do século XIX parece estar ligado aos movimentos abolicionistas.

Já durante o período colonial, quando a festa carnavalesca brasileira era dominada pelo Entrudo, tinha-se notícia de desfiles de cortejos processionais de negros apresentados nos dias de Carnaval. Debret, em sua obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (t. 1, v. 2, p. 220), irá descrever alguns desses grupos como "negros mascarados e fantasiados de velhos europeus imitando-lhes muito jeitosamente os gestos, ao cumprimentar à direita e à esquerda as pessoas instaladas nos balcões; eram escoltados por alguns músicos, também de côr e igualmente fantasiados" (Apud Araujo, 1996, p. 143).

Conforme relatam Alves et al. (1990), a origem destes cortejos negros se deve à necessidade que as religiões africanas tiveram de se adaptar às novas condições político-sociais que os negros escravos encontraram na terra brasileira. Uma solução, praticada por negros bantos e sudaneses, foi reinterpretar as religiões indígenas de acordo com seus preceitos. A igreja católica, entretanto, iria oferecer — através da organização de confrarias ou irmandades exclusivas para negros, como as de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito — uma alternativa atraente para a adaptação das religiões negras. Boa parte dos negros escravizados já tinha tido contato com o catolicismo anteriormente, seja em seu país de origem, seja nas ilhas do Cabo Verde, onde eram batizados e obrigados a decorar orações enquanto esperavam os navios que iriam trazê-los ao Brasil²⁰.

O cordão

Presentes em grande número em terras brasileiras já no século XVI²¹, os negros iriam rapidamente redefinir

o calendário cristão num novo ciclo de festas populares, quando nos santos católicos seriam encontradas correspondências e identidades associadas aos orixás nagôs, homenageados não só em cerimônias privadas, mas, a partir de então, com toda exuberância na festa 'católica', nas ruas, nas praças, nos mercados e mesmo nas igrejas da cidade (Moura, 1995, p. 35).

Esta descrição referente à cidade de Salvador no período colonial pode ser aplicada à situação das festas "negras" do Rio de Janeiro. Uma das principais delas era a Festa de N. S. Do Rosário onde, seguindo o costume medieval português das procissões, os negros festejavam a principal santa legada a sua devoção. Entretanto algo de diferente acontecia. Estas procissões compostas quase que exclusivamente de negros partiam, após as liturgias católicas de praxe, para as ruas e, sempre em movimento, seguiam, assistidas pela sociedade colonial, cantando músicas ingênuas acompanhados de instrumentos africanos, parando somente em frente à casa do Vice-rei. Com o correr dos anos, os Cucumbis passam a se incorporar às comemorações de N. S. Do Rosário. Cada vez mais profanizada, a festa, originalmente apresentando cânticos africanos, começa a receber intercalação de versos e toadas portuguesas e a acontecer no período Carnavalesco incorporando a batida do Zé Pereira à dança polirítmica dos Cucumbis (Chasteen, 1996). Em pouco tempo, esta mistura dará origem a uma forma singular de folia carnavalesca: os cordões. Estes irão marcar, na virada do século XIX, a participação popular no carnaval carioca contrapondo-o ao carnaval burguês e causando viva impressão na elite da época, como se pode perceber na descrição que RIO (1995) faz de um encontro com um cordão, na Rua do Ouvidor, no início do

século XX.

Na turba compacta o alarma correu. O cordão vinha assustador. À frente um grupo desenfreado de quatro ou cinco caboclos adolescentes com os sapatos desfeitos e grandes arcos pontudos corria abrindo as bocas em berros roucos. Depois um negralhão todo de penas, com a face lustrosa como piche, a gotejar suor, estendia o braço musculoso e nu sustentando o tacape de ferro. Em seguida gargolejava o grupo vestido de vermelho e amarelo com lantejoulas d'oiro a chispar no dorso das casacas e grandes cabeleiras de cachos, que se confundiam com a epiderme num empastamento nauseabundo. Ladeando o bolo, homens em tamancos ou de pés nus iam por ali, tropeçando, erguendo archotes, carregando serpentes vivas sem os dentes, lagartos enfeitados, jabutis aterradores com grandes gritos roucos (p. 206).

Fascínio e terror se misturam num amálgama de sensualidade, repulsa, atração, recusa, entrega, degeneração e beleza que iriam se fundir para sempre no espírito Carnavalesco da cidade. Apesar das aparências, porém, os Cordões possuíam uma organização. É o mesmo João do Rio que, mais adiante em seu conto, relata que “cada cordão tem uma diretoria. Para as danças há dois fiscais, dois mestres-sala, um mestre de canto, dois portamachados, um *achinagu* ou homem de frente, vestido ricamente” (Rio, 1995, p. 206).

Rapidamente os Cordões se multiplicam e “em 1902 formaram-se tantos, que só nesse ano a polícia licenciou 200” (Moraes, 1987, p. 103-4).

Inicialmente desfilando da Rua do Ouvidor, os Cordões iriam, alegremente, ocupar a recém inaugurada Avenida Central durante a segunda-feira de Carnaval.

Os Ranchos

Caminho semelhante ao dos Cordões teriam os Ranchos Carnavalescos. Estes surgiram entre 1872 e 1896 (os pesquisadores divergem quanto às datas) e, aparentemente, partiram da idéia de Hilário Jovino Ferreira,

imigrante baiano, de organizar no Rio de Janeiro um rancho de reis como era costume na sua terra no dia 6 de janeiro. Considerando, entretanto, que o povo carioca não estava acostumado com isto, ele resolve fazer com que seu rancho, chamado Rei de Ouros, saísse durante o Carnaval.

A partir de então, “pouco a pouco, os Ranchos foram ocupando maior espaço no Carnaval carioca e se apresentando como uma forma aprimorada dos antigos Cordões, somando traços totêmicos de influência negra e desfilando disciplinadamente, como procissão religiosa” (Fernandes, 1986, p. 30).

Em 1908 surge o Ameno Resedá, que irá capitanear uma verdadeira revolução entre os Ranchos, tornando-se, com o sucesso de seu cortejo denominado “Corte Egípciana”, uma atração imediata do Carnaval (Efegê, 1965). Já em 1913 os Ranchos deixam de desfilarem em seu local original, nas imediações do Morro da Conceição²², e passam a se apresentar no Passeio Público e na Avenida Central, às segundas-feiras.

Entrudo-Bailes-Sociedades-Corsos²³; festas do rosário-Cucumbis-Cordões; Ranchos de Reis-Ranchos Carnavalescos. Durante o desenrolar-se do século XIX o Carnaval abandona paulatinamente sua feição desorganizada e caótica colonial e, tal qual o que acontece na estrutura urbana da cidade, vai encontrando sua organização e sua expressão burguesa nas primeiras décadas do século XX.

A própria maneira da festa carnavalesca abordar a cidade irá refletir este processo.

A rua no Carnaval

Basicamente sob a forma de Entrudo até meados do século XIX, de acordo com Câmara Cascudo, o Carnaval iria ocupar, desordenadamente as ruas da cidade durante três séculos.

Em 1888, no entanto, a Rua do Ouvidor, chamada então de “pulso do Rio de Janeiro”, já concentrava as manifestações carnavalescas — e políticas — da cidade, que se espalhavam também pela Rua do Teatro, Largo de S. Francisco e Praça da Constituição.

A Rua do Ouvidor era, até a abertura da Avenida Central, o ponto mais movimentado do Carnaval carioca. Enfeitada com estandartes, flâmulas e bandeiras coloridas, iluminada por arcos à gás, por ela desfilavam os Cucumbis, os Cordões, os Zé Pereiras e as Grandes Sociedades, principal espetáculo da época. No final do século XIX, a população afluía para ver o Carnaval da Rua do Ouvidor, utilizando-se de bondes, de trens da Estrada de Ferro Central do Brasil, de carros e mesmo de barcas da Companhia Cantareira. Machado de Assis estima que em 1896 entre 300 e 400 mil pessoas ocuparam a cidade na terça-feira de Carnaval (Apud, Soihet, 1998, p. 53).

Após sua inauguração, a Avenida Central passa a centralizar “não apenas a vida da cidade, mas também a vida de nosso Carnaval” traçando “uma linha divisória entre dois carnavais” (Moraes, 1987, p. 94). Já em 1907, quinhentas mil pessoas vieram, segundo a autora, para a Avenida Central no domingo de Carnaval. O Carnaval civiliza-se. Um cronista da época comenta que

em Ouvidor, a pilhéria carnavalesca guardou a mesma feição carregada, quase brutal, dos outros anos que foi por vezes o motivo de protesto da imprensa, foi ainda o apertão, a assuada, a troça aos transeuntes, a alegria manifestada pelos guinchos, gritos e recuões de que as senhoras, antes de tudo, eram vítimas. Na Avenida houve a expansão, mas houve a delicadeza, a galantaria. (Apud Moraes, 1987, 94).

Em 1908, a Rua do Ouvidor é inteiramente abandonada em detrimento da Avenida Central. Nos carnavais seguintes as manifestações se espalham pela Sete de Setembro, Ouvidor, Largo de São Francisco, Uruguaiana, Andradas, Avenida Passos, Riachuelo, dos Arcos, Lavradio e Praça da República. Mas o ponto focal é a Galeria Cruzeiro, na Avenida Rio Branco.

O Carnaval havia encontrado espaço para sua expressão “moderna” e “civilizada”. É na Avenida Central que irão desaguar todas as manifestações carnavalescas geradas alhures dentro do Rio de Janeiro. E, mesmo nesta Avenida, um local será privilegiado. Uma galeria. Um local de passagem junto a uma avenida. A idéia de desfilar, de mostrar-se, de caminhar era, definitivamente, o ponto de convergência do Carnaval à carioca.

A malha urbana do Rio de Janeiro oitocentista, planejado para o usufruto e o deslocar-se de uma elite com pretensões internacionalistas, iria servir — quem diria! — não só como palco mas, principalmente como catalisadora do Carnaval carioca.

Conclusão

O traço Carnavalesco está presente no Rio de Janeiro desde sua fundação. A geografia da cidade, constituída de morros e pântanos, lentamente domados, iria incentivar a convivência das “forças contraditórias da ordem e da desordem” (Carvalho, 1987, p. 158). A grande presença de escravos e

imigrantes formou uma massa proletária que convivia através das irmandades com o Estado colonial. As hierarquias foram aos poucos se desmoralizando. Com a escravidão dentro de casa (corroendo os padrões de relacionamento senhor-escravo) e o predomínio de homens em relação a mulheres (incentivando a formação de famílias irregulares) torna-se impossível a aplicação estrita da lei. Desenvolvem-se, assim, “táticas de convivência com a desordem, ou com a ordem distinta da prevista”. A lei é desmoralizada contribuindo para a “mentalidade de irreverência, de deboche, de malícia” (Carvalho, 1987, p. 159).

Entretanto, apesar desta atração entre o carioca e o Carnaval, apesar da pré-existência deste espírito brincalhão e debochado, foi somente a partir de meados do século XIX que o Carnaval deixa de se resumir a uma grande pândega de influência lusitana e começa a se definir como uma festa própria e característica da cidade. Curiosamente, serão as atitudes da burguesia buscando uma europeização e uma higienização do Carnaval que propiciarão o movimento que desembocará no surgimento de um estilo de Carnaval carioca. Ao criar uma nova centralidade para a cidade, a burguesia da virada do século XX estava desenvolvendo um lugar para a fruição de toda a população. Se com a construção da Avenida Central milhares de pessoas foram desalojadas, é este mesmo povo que, aproveitando-se das liberalidades consentidas nos dias de Carnaval, irá trazer das áreas periféricas do centro, suas formas de se brincar o Carnaval.

Centralizando sua nova feição, a Avenida Central dará a cidade, e ao Carnaval, um novo sentido. Projetada para abrigar uma arquitetura para ser vista prioritariamente em movimento, a Avenida irá ditar seu próprio ritmo de

fruição através da alternância de quarteirões e das interseções das ruas transversais.

Movimento longitudinal, divertimento, seqüencialidade, leitura visual; novos conceitos e novos modos de se entender e se relacionar com o espaço urbano.

O Carnaval, relativizando estes conceitos, irá relacioná-los e reelaborá-los no espaço da cidade, criando novas formas de divertimento e recontextualizando outras.

Surge assim o desfile em sua nova organização. Não mais a procissão religiosa africano-portuguesa nem o flunar burguês, mas uma mistura de ambos. Um desfile que iria amalgamar as formas de fruição preexistentes dentro do contexto urbanístico oitocentista. Um desfile que, assim como a nova Avenida Central, se pode ler em movimento, feito de formas superpostas e decorativas. Um desfile que não só se aprecia mas do qual também se faz parte. Uma nova forma de brincar Carnaval que a nova cidade recém reformada permitiu brotar em suas largas avenidas e que paulatinamente iria gerar, em alguns anos — amalgamando influências das Sociedades, dos Cordões, dos Ranchos, Blocos e Corso — a maior expressão do nosso Carnaval: as Escolas de Samba.

Notas

¹ Compreendido aqui no sentido, atribuído por Harvey (1996), de algo construído pela memória coletiva e, portanto, fazendo parte de instâncias políticas que buscam, através da construção de um passado a formação do imaginário das possibilidades futuras e não como uma “alma” inerente a um determinado lugar. Cf. também, sobre o assunto Loukali (1997).

² «*Le carnaval n'est pas rite d'integration ou rite de subversion; il est par essence ambivalent et présente simultanément les deux aspects; seul le contexte dans lequel il se déroule détermine le pôle qui l'emporte.*»

³ Para uma comparação da evolução urbana do núcleo central do Rio de Janeiro, ver Barreiros (1965).

⁴ Araújo (1996) afirma que o primeiro registro sobre Entrudo no Brasil data do século XVI e consta do livro *Denúncias e confissões de Pernambuco 1593 - 1595*, referente à primeira visita do Santo Ofício ao Brasil. Nele, os cristãos novos Diogo Fernandes, sua esposa, Branca Dias e sua filha são acusados, entre outras coisas, de se alimentarem de comidas proibidas em um dia de Entrudo. Outro depoente, Diogo Gonçalves, confirma o fato e acusa a família de ter alimentado seus trabalhadores com peixe seco numa terça-feira de Entrudo, quarenta anos antes. Considerando-se que o depoimento data de 1595, pode-se supor que já existiam festejos carnavalescos no Brasil em 1555.

⁵ Chasteen relata que *"the smell of hot wax for the fabrication of limões permeated bourgeois houses in the weeks beforehand, and poorer people also made them to peddle on the street once the fray got under way"* (1996, p. 36)

⁶ *"a socially sanctioned method of releasing tensions and aggressions without challenging the social structures in the city"*.

⁷ As ruas da freguesia da Candelária - onde se localizava grande parte do comércio importador e exportador - passam a ser calçadas com paralelepípedos, ao mesmo tempo que a iluminação a gás e os esgotos sanitários fazem do Rio de Janeiro a "quinta cidade do mundo a se beneficiar deste tipo de serviço" (Abreu, 1997, p. 42).

⁸ Sobre a importância dos bondes e trens como elementos impulsionadores da expansão da cidade do Rio de Janeiro cf. o capítulo "O Rio de Janeiro no século XIX: da cidade colonial à cidade capitalista", In: Abreu (1997).

⁹ Sobre a relação entre o problema habitacional no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e os ambientes malsãos veja Barbosa (1992).

¹⁰ A denominação de Grande Carnaval, dada à folia da elite, surge como contraposição ao Pequeno Carnaval. Este referia-se às brincadeiras dos grupos de negros e mulatos realizadas na periferia do centro carioca caracterizadas por danças e músicas de origem africana (Queiroz, 1992).

¹¹ Na verdade, o Entrudo só iria deixar de existir durante a primeira década do século XX, com a introdução do confete e da serpentina. Simson (1981) afirma que o Entrudo foi, gradativamente, sendo expulso do centro da cidade. Taxado de bárbaro e de violento pela burguesia endinheirada que buscava impor seu "Carnaval Veneziano", a brincadeira do Entrudo teria ido se refugiar nas zonas mais distantes e pobres. "Assim, os bairros mais populares, onde o policiamento praticamente inexistia, passaram a concentrar os folguedos de tipo lusitano que, por serem mais simples, melhor se coadunavam com as possibilidades econômicas dessa população" (p. 300)

¹² Uma possível diferença seria o fato destas Sociedades serem "comprometidas com a vanguarda política da época" fazendo "circular publicações internas, dedicadas à propaganda dos ideais revolucionários franceses, da abolição da escravatura e da República brasileira" (Fernandes, 1986, p. 33). Os componentes das Sociedades não se contentavam, portanto, em ser simplesmente Carnavalescos, mas tinham atuação política como abolicionistas e republicanos. Isto porém, não pode ser considerada uma transformação dos *folguedos de honra do Deus Momo em coisas até então desconhecidas*.

¹³ Neste sentido, a comparação entre as modificações sofridas pelo Rio de Janeiro e pela cidade de Nice, na França, pode ser útil para se compreender o processo de busca de internacionalização do carnaval carioca. Nice, como o Rio de Janeiro, irá sofrer uma série de intervenções urbanísticas que farão da cidade *"un des plus beaux et des plus typiques produits de l'urbanization du XIXe siècle"* (Lavigne, 1989, p. 97). Assim como o Rio de Janeiro, Nice verá seu carnaval sofrer grandes modificações na segunda metade do século XIX saindo dos salões onde se realizavam bailes de máscaras para os desfiles de rua em 1873 (Crahès e Emportes, 1992 e Sidro, 1993).

¹⁴ Urbanizado na década de 1780 pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, o Largo do Paço iria marcar o centro do poder brasileiro até o final do século XIX. Conforme destaca Santos (1999), a República irá criar novos lugares de centralidade e relegar o antigo largo ao abandono e à descaracterização.

¹⁵ Para um aprofundamento da compreensão dos padrões de ocupação das cidades latino-americanas e brasileiras no século XIX veja Corrêa (1995) e Villaça (1998).

¹⁶ João do Rio, o grande cronista da cidade no início do século terá "momentos em que elogia o governo Rodrigues Alves pelo seu tom modernizador" para mais adiante voltar a "lamentar o caráter hostil com que o progresso trata as nossas tradições" (Velloso, 1988, p. 31)

¹⁷ Para um aprofundamento das questões da relação entre a cultura da elite e a cultura popular na formação da identidade brasileira e carioca, cf. Vianna(1995), Gardel (1996) e Ferreira (1999).

¹⁸ De acordo com Araújo (no prelo), "na virada do século, a baiana Tia Ciata, mudou-se da Rua da Alfândega 304, para as Ruas de São Diogo e do Cajueiro, e depois para o número 117 da Rua Visconde de Itaúna, na região que fica ao norte do Campo de Santana, em frente à Praça Onze. Aí se encontrariam freqüentemente os músicos, poetas e ritmistas e, bem assim, as vozes femininas da música de então. Esse endereço passaria à História como a casa onde nasceu o samba carioca."

¹⁹ De acordo com o Lello Universal, as corridas de cavalo, surgidas na Inglaterra nos tempos de Jayme I (1603-1625), começariam a tomar um grande desenvolvimento a partir de meados do século XVIII.

²⁰ Souza (1999) afirma que os escravos trazidos ao Brasil já possuíam, em seu continente de origem, uma vivência do catolicismo iniciada com o rei do Congo D. Afonso (1507-1542), "fervoroso aprendiz dos ensinamentos da Igreja e disseminador da fé cristã" (p.5) em seu reino africano. A absorção desses ensinamentos foi facilitada pelas próprias características das religiões da África centro-ocidental que adotam elementos de outras religiões e são permeáveis a modificações nas tradições existentes sem necessariamente reformularem suas estruturas básicas. Deste modo, "a coroação de rei congo no âmbito da celebração festiva do santo padroeiro [...] remetia a um passado africano, resgatado pela vivência do catolicismo" (p.7). A cristianização da região do Congo e de Angola, foi, portanto, um elemento determinante na formação de uma identidade negra no Brasil pois os escravos, ao adotarem elementos da cultura portuguesa estavam, ao mesmo tempo reforçando os laços de suas comunidades com a África. "O rei congo representava uma africanidade comum a todos [os escravos], independentemente das origens étnicas particulares de cada um" (p.9).

²¹ De acordo com Roberto Moura "em 1584 o padre Anchieta faz uma estimativa: existiam já três mil negros na Bahia". (Moura, 1995. p. 19)

²² De acordo com Araújo (no prelo), "os primitivos Ranchos saíam da Pedra do Sal, atravessavam o Valongo, passavam pelo cemitério local, onde silenciavam provisoriamente, desciam a rua Camerino [...] e chegavam ao Largo de São Domingos [...], local onde em fins do século XIX e princípios do século XX, o carnaval acontecia na cidade velha. Lá se apresentavam na lapinha, cuidadosamente montada por Tia Bebiana (após o carnaval o presépio era guardado em sua casa). Obrigatoriamente eles passavam nas casas das Tias Bebiana e Ciata, que moravam na rua da Alfândega, para reverenciá-las. Retribuindo as homenagens, as tias entregavam "ramos benzidos" aos desfilantes, como forma de gratidão." (p. 132)

²³ Surgido no Carnaval de 1907, num período, portanto de relativa decadência do Grande Carnaval, o Corso consistia num desfile de grupos fantasiados em carros abertos, subindo e descendo a Avenida Central principalmente a partir da tarde do domingo de Carnaval.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*.

Rio de Janeiro:Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes,
1992.

_____ Le Rio de Janeiro du début du dix-neuvième siècle et ses différentes temporalités. Bulletin de l'Association de Géographes Français,73e. Année, 30-38, Janvier 1996.

_____ *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro:IPLANRIO, 1997.

ALVES, Jucélia Maia, LIMA, Rose Mery de, ALBUQUERQUE, Cleidi. *Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina*. Florianópolis:Ed. da UFSC, Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara: um balanço histórico. In: ABREU, Maurício de Almeida. (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro:Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. 201-58.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. *Festa à brasileira: significados do festejo, no país que “não é sério”*. Tese de doutorado em antropologia. Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo:USP, 1998.

ARAÚJO, Hiram. *Carnaval: 4000 anos de história*. Rio de Janeiro:s.e. No prelo.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife:Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro:Rocco. 1993.

BARBOSA, Jorge Luiz. Olhos de ver, ouvidos de ouvir: os “ambientes malsãos”da capital da república. In: ABREU, Maurício de Almeida. (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. 317-33.

- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana do cidade do Rio de Janeiro-ensaio-1565-1965*. Rio de Janeiro:Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,1965.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: ABREU, Maurício de Almeida. (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. 37-53.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro:EdUERJ, 1998. 84-91.
- BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais*. Rio de Janeiro:Globo. 1989.
- CARDOSO, Elizabeth Dezouart et al. *Tijuca*. Rio de Janeiro:João Fortes Engenharia/Index, 1984.
- _____ *Copacabana*. Rio de Janeiro:João Fortes Engenharia/Index, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo:Companhia das Letras. 1987.
- CARVALHO, Antônio Fernando de Bulhões, REBELO, Marques. *O Rio de Janeiro do bota-abaixo*. Rio de Janeiro:Salamandra, 1997.
- CHAPPAZ-WIRTHNER, Suzanne. *Le turc, le fol et le dragon: figures du Carnaval haut-valaisan*. Neuchâtel:Ed. de l'Institut d'Ethnologie;Paris/Ed. de la Maison des sciences de l'homme, 1995.
- CHASTEEN, John Charles. The prehistory of samba: carnival dancing in Rio de Janeiro, 1840-1917. *J. Lat. Amer. Stud.*, 28: 29-47, 1996.

- CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: Brenna, Giovanna Rosso del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro:Index. 1985.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo:Ática, 1995.
- CRAHÈS, Michel, EMPORTES, Jean Michel. *Nice carnaval et les carnivals du monde à Nice*. Cagnes sur Mer :Editions Prevot, 1992.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 1990.
- EFEGÊ, Jota. *Ameno Resedá: o rancho que foi escola*. Rio de Janeiro:Letras e Artes, 1965.
- FERNANDES, Neusa. *Síntese da história do carnaval carioca*. Rio de Janeiro:Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural. 1986.
- FERREIRA, Carmen Maria Gonçalves et al. O bonde na paisagem carioca: catálogo de exposição. Rio de Janeiro:Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Departamento Geral de Cultura. 1984.
- FERREIRA, Felipe. *O marquês e o jegue: estudo da fantasia para escolas de samba*. Rio de Janeiro:Altos da Glória, 1999.
- GARDEL, André. *O encontro entre Bandeira e Sinhô*. Rio de Janeiro:Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1996.
- HARVEY, David. From space to place and back again. In: HARVEY, David. *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford:Blackwell, 1996. 291-326.

- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo:Companhia das Letras. 1995.
- KARASCH, Mary C. *Slave life in Rio de Janeiro: 1808-1850*. Princeton:Princeton University Press, 1987.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Le Carnaval de Romans: de la chandeleur au mercredi des cendres*. Paris:Gallimard, 1979.
- LAVIGNE, Gilles. Nice: l'avenir incertain d'une ville d'avenir. *Peuples méditerranéens*, 47, 89-105, 1989.
- LOUKALI, Argyro. Whose genius loci?: contrasting interpretations of the "sacred rock of the Athenian Acropolis". *Annal of the Association of American Geographers*. 87(2): 306-29, 1997.
- MAIA, Carlos Eduardo S. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares: proposições sobre festas brasileiras. In: ROSENDAHL, Zeni, CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro:EdUERJ, 1999.
- MÁXIMO, João. *Cinelândia: breve história de um sonho*. Rio de Janeiro:Salamandra, 1997.
- MORAES, Eneida. *História do Carnaval carioca*. Nova edição revista e atualizada por Haroldo Costa. Rio de Janeiro:Record. 1987.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro:Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração. 1995.
- ORTIZ, Renato. Reflexões sobre o carnaval. *Ciência e Cultura*, 28(12): 1407-12, 1976.

- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das letras*. Rio de Janeiro:Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.
- PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro:UFRJ/ECO, 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo:Brasiliense, 1992.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. Rio de Janeiro:Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração. 1995.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. O paço da cidade: biografia de um monumento. In: CAVALCANTI, Lauro (org.). *Paço imperia*. Rio de Janeiro:Sextante Artes, 1999, 52-117.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo:Brasiliense, 1984.
- SIDRO, Annie. *Carnevale a Nizza*. Nice:Serre Editeur, 1993.
- SIMSON, Olga R. de Moraes von. Espaço urbano e folguedo carnavalesco no Brasil: uma visão ao longo do tempo. *Cadernos CERU*, nº 15, 1ª série, agosto de 1981.
- SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro:Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOUZA, Marina de Mello e. História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil: séculos XVIII e XIX. Comunicação apresentada no Semimário “Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa”. USP, Departamento de História, setembro de 1999.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na belle époque carioca*. Rio de Janeiro:FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore. 1988.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro:Jorge Zahar/Ed. UFRJ. 1995.

VILLAÇA, Flávio, *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo:Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.

ABSTRACT

The various changes suffered by Rio's carnival from the second half of the XIX century to the beginning of the XX century are closely related to the urban transformations that happened downtown Rio in the same period. From 1850 to 1930, the city of Rio de Janeiro changes from a typical South American colonial town to reflect, in its urban space, its new condition of capital of a country merged in the global capitalist economy. Expressing this new reality the carnival festivity in Rio will seek for new patterns in the European, mostly French, way of celebrating carnival time. The streets and squares of the somehow renewed city however would embrace and make place not only to the bourgeois carnival of masquerades and floats parades but also to the strongly popular blocos, cordoes, cucumbis and ranchos. This quest for the occupation of the city urban center as well as the mutual influences suffered by both “sides”

will make way for the emergence of a very specific and defining way of cultural expression: the carnival in Rio, which not only defines the spirit of the city but of the whole country.

KEY-WORDS

Carnaval, Rio de Janeiro, town planning, popular party